

A ARQUITETURA COMO CIÊNCIA SOCIAL TRANSFORMADORA: ESTUDOS DE CASO EM ESPAÇOS URBANOS E CULTURAIS

Bianca de Almeida – Centro Universitário Uneduvale-

bianca.dealmeida@ead.eduvaleavare.com.br

Karla Garcia Biernath – Centro Universitário Uneduvale –

karla.biernath@ead.eduvaleavare.com.br

ÁREA: Artes

RESUMO

A arquitetura, historicamente associada ao campo técnico e estético, pode e deve ser compreendida como ciência social aplicada, capaz de transformar realidades e promover inclusão. Este artigo discute a arquitetura enquanto ciência social transformadora, analisando como projetos arquitetônicos e urbanísticos impactam comunidades, fortalecem identidades locais e ampliam a qualidade de vida urbana. A fundamentação teórica parte de Jan Gehl, em Cidades para Pessoas (2013), que defende a primazia do humano na organização da cidade, e de Edward Relph, em Place and Placelessness (1976), que problematiza a identidade dos lugares e sua perda na modernidade. A partir dessa base conceitual, são analisados três estudos de caso: o SESC Pompeia (Lina Bo Bardi), o SESC 24 de Maio (Paulo Mendes da Rocha e MMBB Arquitetos) e a transformação da Times Square em Nova York (Gehl Architects). A análise revela que a arquitetura, quando voltada ao pertencimento, à escala humana e à democratização do espaço, assume papel essencial na transformação social, cultural e simbólica das cidades. Os resultados apontam que tais intervenções não apenas reconfiguram a forma urbana, mas também ressignificam práticas sociais e coletivas, ampliando acessibilidade, convivência e vitalidade. O artigo mostra como arquitetura e urbanismo promovem transformações sociais e democratizam espaços urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Democratização; Urbanismo afetivo; Mapeamento emocional.

INTRODUÇÃO

A arquitetura sempre esteve no centro das relações humanas, não apenas através das técnicas construtivas, mas como linguagem capaz de materializar valores, simbolismos e modos de vida. Desde os primeiros assentamentos urbanos até os grandes centros contemporâneos, a forma como se projeta e organiza o espaço influencia diretamente as dinâmicas sociais. No entanto, grande parte da tradição moderna reduziu a arquitetura à eficiência funcional e à estética formal, negligenciando seu caráter social transformador.

Entender a arquitetura como ciência social significa reconhecer que cada decisão projetual carrega implicações coletivas. O desenho de ruas, praças, centros culturais ou mesmo de edifícios privados reverbera na forma como as pessoas interagem, criam vínculos e se reconhecem nos espaços. Assim, a arquitetura se torna mediadora de experiências sociais, podendo tanto reforçar desigualdades quanto promover inclusão, pertencimento e bem-estar.

Jan Gehl (2013), em sua obra *Cidades para Pessoas*, argumenta que o planejamento urbano do século XX priorizou automóveis e fluxos rápidos em detrimento da vida cotidiana. Ao resgatar a escala humana, o autor demonstra que a vitalidade da cidade depende da qualidade dos espaços de convivência, acessibilidade e interação social. De modo complementar, Edward Relph (1976) introduz o conceito de identidade dos lugares, ressaltando a importância do pertencimento e da singularidade espacial para a experiência humana. Espaços desprovidos de identidade, marcados pela homogeneização, perdem seu potencial de enraizar culturas e fortalecer comunidades.

O objetivo deste artigo é articular teoria e prática, por meio da análise de estudos de caso, a fim de compreender de que maneira a arquitetura e o urbanismo podem atuar como agentes ativos na democratização do espaço urbano e cultural. Para isso, são examinados exemplos concretos, como o SESC Pompeia, o SESC 24 de Maio e a requalificação da Times Square, que evidenciam transformações sociais promovidas por intervenções arquitetônicas e urbanísticas.

MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo trata de análise comparativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de estudos de caso.

A revisão bibliográfica baseia-se em autores que discutem a arquitetura em sua dimensão social: Jan Gehl (2013), com enfoque na escala humana e no urbanismo voltado para pedestres; Edward Relph (1976), com a identidade dos lugares; Henri Lefebvre (1991), ao tratar da produção social do espaço; Paola Berenstein Jacques (2001), que aborda a errância urbana como forma de resistência, além de leituras não citadas como Aldo Rossi e Bruno Zevi.

A metodologia consiste ainda na análise interpretativa de estudos de caso que trazem à luz o referencial teórico, relacionando elementos projetuais e urbanísticos com os conceitos de escala humana, identidade dos lugares e produção social do espaço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação sobre o urbanismo afetivo e a aplicação do mapeamento emocional revelam a necessidade de repensar as práticas urbanísticas contemporâneas a partir de uma perspectiva que não apenas considere a racionalidade técnica e funcional, mas que também integre as dimensões simbólicas, subjetivas e emocionais presentes na vivência cotidiana dos espaços urbanos. Essa abordagem vai ao encontro do que Lefebvre (1991) já argumentava ao defender o “direito à cidade” como um direito que extrapola o acesso físico e material ao espaço, constituindo-se como um direito à apropriação, à fruição e à experiência sensível do ambiente urbano.

Ao longo das análises de casos e da revisão teórica realizada, observou-se que experiências de urbanismo afetivo vêm se consolidando em diversas escalas e contextos, demonstrando a relevância de metodologias que dialogam com as percepções dos moradores e usuários dos espaços. Projetos desenvolvidos em Barcelona, Medellín e Bogotá, por exemplo, destacam-se por incorporarem práticas participativas e cartografias afetivas como ferramentas para compreender as emoções associadas a determinados lugares e, a partir disso, reconfigurar o planejamento urbano em consonância com as necessidades reais e subjetivas da população (Delgado, 2017; Gehl, 2013).

O SESC 24 de Maio, no coração de São Paulo, representa um exemplo contemporâneo de democratização arquitetônica. A piscina na cobertura, aberta ao público, tornou-se símbolo de acesso universal ao lazer em uma metrópole marcada pela desigualdade social. O projeto incorpora o conceito de Gehl (2013) ao priorizar a experiência do usuário e o convívio humano, ao mesmo tempo em que reforça a identidade coletiva no centro urbano.

Esse exemplo mostra que a arquitetura pode superar barreiras simbólicas e sociais, inserindo espaços de uso público em áreas densamente urbanizadas, onde o acesso ao lazer e à cultura é historicamente restrito.

Em Medellín, a transformação urbana das últimas décadas foi marcada pela integração entre intervenções físicas e o fortalecimento do sentimento de pertencimento das

comunidades locais. Os projetos de mobilidade, como os metrocables, foram acompanhados de espaços públicos qualificados, bibliotecas-parque e programas sociais que ressignificaram áreas antes associadas à violência. Essa dimensão afetiva foi crucial para que os moradores percebessem a cidade de forma diferente, criando uma relação mais positiva com o espaço urbano (Echeverri & Orsini, 2010).

Já em Barcelona, práticas como os “superilles” (superquadras) representam não apenas uma reorganização do tráfego urbano, mas também um esforço em criar espaços de convivência, lazer e trocas sociais que fortalecem os vínculos comunitários. Esses espaços passam a carregar significados que vão além de sua função original, tornando-se marcos simbólicos do urbanismo afetivo (Borja & Muxí, 2003).

A requalificação da Times Square demonstra a aplicação prática das ideias de Gehl (2013). A área, antes dominada por tráfego intenso de automóveis, foi redesenhada para priorizar pedestres e ciclistas. A simples mudança de lógica espacial em reduzir o espaço dos carros e ampliar áreas de convivência produziu impacto imediato na vitalidade urbana. Houve aumento no fluxo de pessoas, na segurança e no uso do espaço público para atividades culturais e sociais.

Esse caso evidencia como intervenções relativamente simples podem transformar radicalmente a relação entre espaço e sociedade. O “direito à cidade”, como propõe Lefebvre (1991), é resgatado quando o espaço urbano volta a ser apropriado pelas pessoas em sua vida cotidiana.

Seguindo os exemplos, o SESC Pompeia é considerado um dos mais emblemáticos da arquitetura transformadora no Brasil. Ao transformar uma fábrica desativada em centro cultural, Lina Bo Bardi manteve a estrutura original, preservando a memória coletiva e valorizando o patrimônio industrial.

Este caso ilustra a concepção de Relph (1976): a preservação da identidade do lugar foi fundamental para o fortalecimento do pertencimento social. O SESC Pompeia tornou-se não apenas um edifício, mas um símbolo de resistência cultural e de encontro comunitário.

No contexto brasileiro, experiências como o projeto de mapeamento afetivo em São Paulo, desenvolvido por Nobre (2018), destacam-se por evidenciar como as narrativas individuais e coletivas podem ser utilizadas como insumo para a compreensão do espaço urbano. Essa dimensão aproxima-se da proposta de Lynch (1960), que já reconhecia a

importância das imagens mentais dos cidadãos para a formação da identidade urbana, mas amplia o conceito ao valorizar também a carga afetiva que essas imagens carregam.

Ao analisar esses estudos de caso em conjunto, nota-se que o urbanismo afetivo não se trata apenas de um campo conceitual emergente, mas de uma prática consolidada que vem se mostrando eficaz para promover cidades mais inclusivas, humanas e conectadas com os desejos de seus habitantes. Como apontam Holston (2019) e Rolnik (2015), a cidade contemporânea está marcada por contradições, desigualdades e disputas simbólicas, e a incorporação do afeto e da subjetividade nos processos de planejamento urbano pode se configurar como uma estratégia política de resistência e de democratização do espaço urbano.

Ademais, é possível afirmar que o mapeamento emocional contribui diretamente para o fortalecimento das identidades coletivas e para a construção de memórias urbanas compartilhadas. Essa prática dá visibilidade às narrativas de grupos historicamente marginalizados, permitindo que suas vivências e percepções sejam reconhecidas no processo de desenho da cidade. Tal perspectiva dialoga com o pensamento de Santos (2008), ao propor uma geografia da multiplicidade, em que o espaço é construído a partir da convivência de diferentes tempos, saberes e sensibilidades.

Outro ponto importante identificado nos resultados é que o urbanismo afetivo oferece uma possibilidade concreta de reconectar os cidadãos com seus territórios, criando relações de cuidado e pertencimento que se refletem no uso, na conservação e na ressignificação dos espaços públicos. Projetos que estimulam a apropriação afetiva dos espaços urbanos podem, portanto, desempenhar um papel central na construção de cidades mais resilientes e solidárias (Jacobs, 1961; Harvey, 2012).

Nesse sentido, os resultados discutidos apontam para a necessidade de se considerar o urbanismo afetivo e o mapeamento emocional não apenas como práticas complementares, mas como elementos estruturantes de um novo paradigma do planejamento urbano. Esse paradigma rompe com a lógica exclusivamente técnica e quantitativa e propõe uma visão holística da cidade, que integra dimensões físicas, sociais, culturais e emocionais. Mais do que produzir espaços funcionais, trata-se de criar lugares que dialoguem com a memória, com o corpo e com as emoções de seus habitantes, construindo assim uma cidade mais humana, plural e justa.

CONCLUSÃO

A partir da análise desenvolvida, torna-se evidente que o urbanismo afetivo e o mapeamento emocional oferecem novas perspectivas para a compreensão do espaço urbano. Mais do que ferramentas metodológicas, eles se configuram como instrumentos capazes de integrar a subjetividade humana às práticas de planejamento e gestão das cidades. Essa abordagem rompe com a visão estritamente funcionalista que dominou o urbanismo durante grande parte do século XX, ao reconhecer que a vivência cotidiana, as memórias e as emoções têm papel central na construção do significado do espaço.

Os estudos de caso demonstraram que, quando a cidade é pensada a partir das experiências sensíveis dos indivíduos e coletividades, surgem soluções mais inclusivas, justas e sustentáveis. A ênfase na percepção afetiva revela dimensões que dificilmente seriam captadas apenas por indicadores técnicos tradicionais, como a sensação de pertencimento, a criação de vínculos comunitários e a valorização cultural. Nesse sentido, os mapas emocionais não apenas registram experiências individuais, mas constroem narrativas coletivas que podem orientar decisões públicas de maneira mais humana e contextualizada.

A incorporação desse olhar no campo científico amplia a concepção de urbanismo, ao relacionar dados objetivos e subjetivos, razão e emoção, técnica e sensibilidade. Essa integração permite compreender as cidades como organismos vivos, dinâmicos e complexos, cujas transformações não dependem apenas de investimentos físicos e infraestruturais, mas também da capacidade de acolher a diversidade de afetos e modos de vida.

Assim, conclui-se que o urbanismo afetivo e o mapeamento emocional se apresentam como caminhos inovadores para repensar as cidades contemporâneas, promovendo a valorização da dimensão humana nas práticas urbanas. Ao reconhecer a potência transformadora dos afetos e das experiências sensíveis, abre-se espaço para construir cidades mais empáticas, conectadas e verdadeiramente democráticas, onde cada indivíduo possa se reconhecer e se sentir parte integrante do espaço que habita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORJA, J.; MUXÍ, Z. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.

DELGADO, M. **El espacio público como ideología**. Madrid: Catarata, 2017.

ECHEVERRI, A.; ORSINI, F. **Informalidad y urbanismo social en Medellín**. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2010.



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EDUVALE

ISSN 26755734

20 a 24 de outubro de 2025 – Avaré/SP

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. São Paulo: Editora da USP, 1991.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1991.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1960.

NOBRE, E. **Mapeamentos afetivos e a cidade de São Paulo**. São Paulo: FAUUSP, 2018.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.